



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 131/2015

DA 4ª COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

Processo nº - 000441/15

Relator: Deputado (a) JOÃO PEREIRA

I - RELATÓRIO

A proposição em tela, de autoria do Deputado JAIRZINHO LIRA, estabelece a obrigatoriedade de que as gestantes durante a gravidez e puerpério sejam submetidas à avaliação psicológica nos hospitais da rede pública no Estado de Alagoas.

Em sua justificativa, destaca a tendência das mulheres desenvolverem quadro leve de depressão após o parto, mas que cerca de 10% deles desenvolvem formas mais graves, o que implicaria na necessidade de se garantir atenção psicológica para as puérperas.

Este procedimento deve se estender após o parto para os casos em que houver indicação clínica.

II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa do ilustre Deputado Jairzinho Lira, ao propor que seja obrigatória a avaliação psicológica das gestantes e puérperas, procura enfrentar um sério problema que aflige praticamente todas as mães que tiveram filhos recentemente.

É reconhecida, por todos, a importância de se assegurar o cuidado psicológico às mulheres em um dos momentos mais nobres e sensíveis de sua vida. Sabe-se que a gestação, o parto e o pós-parto são fases críticas para a mulher por causa das violentas mudanças que ocorre em sua vida e em seu próprio corpo, além de todo o estresse que o parto implica. Na fase do pós-parto, ocorre aumento geral na incidência de distúrbios mentais de leves a mais graves. Estatísticas apontam que os casos de psicose puerperal acontecem na frequência de um ou dois partos para cada 1000.

Cabe observar, por oportuno, que o SUS tem a obrigação de assegurar o atendimento integral à mulher, especialmente neste período. Em verdade, esse direito está contido no direito mais amplo de acesso das mulheres a todos os níveis de atenção à saúde, no contexto da descentralização, hierarquização e integração das ações e serviços. A responsabilidade por esta assistência cabe aos três níveis de gestão do SUS, de acordo com

as competências de cada um e sempre na perspectiva de garantir as condições para a execução da política de atenção integral à saúde da mulher.

Há que se destacar o conceito de integralidade, sem o qual os serviços prestados à mulher em todas as etapas de sua vida, inclusive na gestação e no puerpério, serão sempre insuficientes para solucionar os principais problemas de saúde. A integralidade da assistência exige que os serviços de saúde sejam organizados de forma a garantir ao indivíduo e à coletividade a proteção, a promoção e a recuperação da saúde, de acordo com as necessidades de cada um.

Sob esta ótica, a prestação de assistência psicológica, por ser indispensável, deve necessariamente estar contemplada seja para gestantes ou puérperas, seja para a mulher em outros momentos de sua vida. E é este justamente o grande propósito da política de assistência integral à saúde da mulher.

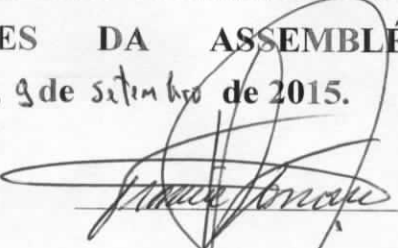
Acontece, que embora os programas governamentais de atenção à mulher tenham avançado em sua implementação, muito ainda há por se fazer do ponto de vista de sua efetiva consolidação, de forma a assegurar a todas as mulheres o acesso à assistência que necessita e tem direito. Entende-se que, embora haja previsão quando da elaboração das propostas e dos planos de ação, esta matéria, isto é, a atenção psicológica as puérperas, está muito distante de ser tornar uma realidade, pelo menos para a imensa maioria das mulheres brasileiras nesta condição.

A questão que se coloca, então, não pode estar no campo das intenções. Trata-se de uma atenção fundamental para a mulher nesse período especialíssimo e não pode estar sujeita apenas a programas parciais, sem continuidade na ação. A relevância do tema obriga a esta Casa a realmente buscar uma solução permanente e forte. Nesse sentido, apresenta-se como muito oportuna esta proposição, que passa a obrigar ao SUS a prestar este atendimento às gestantes e puérperas.

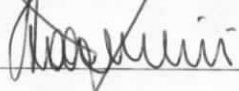
No campo da saúde da mulher, o cumprimento dessa obrigação é essencial para que se estabeleça na prática a assistência integral à sua saúde. Assim, nos parece fundamental e necessário legislar sobre a matéria e estabelecer a obrigatoriedade do exame psicológico para as puérperas ou gestantes, como objetiva a proposição que ora apreciamos.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto favorável ao Projeto de Lei nº 25, de 2015.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 3 de setembro de 2015.



PRESIDENTE



RELATOR

João Batista